

05/10/2002

122 OFÍCIO DE REG DE PESSOAS JURÍDICAS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax:225-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILHADA SOB

**ASSOCIAÇÃO PRÓ-MORADIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
ATAS DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, SEGUIDA DA ASSEMBLÉIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADAS EM 05/10/2002**

000043048

10/02/2004

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois, nos lotes um e dois da quadra dez da AMOBB Condomínio, presentes os associados que assinaram a anexa relação, em primeira convocação, às dez horas e quinze minutos, foi dado início à Assembléia Geral Ordinária, que seria seguida de uma Assembléia Geral Extraordinária. O associado Williams - Conselheiro Fiscal e Coordenador da Assembléia - anunciou que, para se garantir quorum qualificado, seria deflagrada a segunda convocação da Assembléia Ordinária em quinze minutos. Transcorrido o tempo estipulado, Williams declarou iniciada a Assembléia Geral Ordinária, cujo objetivo era apreciar e aprovar a prestação de contas da Diretoria, relativa ao exercício de 2001. Pediu o coordenador licença para esclarecer, como introdução aos trabalhos previstos para o dia, que o objetivo da Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em seguida é tratar do futuro da Associação, e que as discussões e deliberações que se seguirão, servirão inclusive para deixar claro, nos anais da história, o quanto o corpo de associados está motivado e empenhado em levar adiante o magnífico projeto comunitário e cooperativo que é a AMOBB. Afirmou que diversas decisões vêm sendo tomadas no dia-a-dia pela Diretoria, sempre tendo presente o espírito de proporcionar o que há de melhor para os associados, de propiciar o maior retorno possível aos investimentos realizados e de levar a efeito os objetivos estatutários da Associação. Entretanto, disse o coordenador, a Diretoria entende que existem decisões que, mesmo sendo consensuais no âmbito administrativo, devem ser tomadas pelo colegiado soberano da Entidade, que é representado pela Assembléia Geral legitimamente convocada. Complementou dizendo que as decisões as quais ele se referia não podiam mais ser adiadas, pois tanto os associados que de forma pioneira estão morando no Condomínio, quanto os que ainda não estão lá, delas necessitam e, por isso, todos devem ter pressa de vê-las deliberadas. Em seguida, Williams ressaltou também a necessidade de ser tratada, como prioridade e oportunidade, as questões relativas à constituição jurídica do Condomínio da AMOBB, mediante elaboração de convenção própria, e à criação das regras de convivência no grupamento habitacional que está surgindo, por meio da formalização de regimento interno e de código de edificação de obras. Mas isso, disse o coordenador, assim como os demais assuntos da pauta, seriam abordados em detalhes após o início da Assembléia Geral Extraordinária que a seguir se realizará. Assim dizendo, afirmou que seria dado início à prestação de contas do exercício 2001. Em primeiro lugar, fez questão de esclarecer que a Diretoria resolveu aguardar a melhor oportunidade para fazer a prestação de contas de que se trata por ser uma questão de natureza estratégica e política, pois os associados precisavam ter informações concretas e não apenas intenções administrativas, pois esse era o anseio percebido pela Diretoria. Como foram muitos os levantamentos técnicos, pesquisas, coletas de preços e deliberações para viabilizar as obras que estavam sendo realizadas na AMOBB, que consumiram praticamente um ano de esforços de alguns poucos, somente naquele momento a coletividade podia ver materializados os serviços de abertura de vias e terraplenagem. Pediu a todos para olharem em redor, verificassem a transformação que ocorreu no Condomínio e observassem a mais de dezena de máquinas pesadas que estavam ali ao lado da reunião, e que permaneciam ainda trabalhando na melhoria do patrimônio coletivo. Pediu para olharem com atenção as primeiras casas que estavam sendo implantadas na área, construídas pelos associados Ricardo Rodrigues, Silvino Beda, Anny Sibelly, Ana Lourdes e Williams Francisco, Itamar Mendonça, Fernando Nóbrega, que se uniam àquela onde já residia há algum tempo o Presidente da Associação Antônio Guerreiro, formando assim o núcleo inicial de ocupação da área. Dito isto, Williams pediu ao Presidente que se pronunciasse para que, em seguida, fosse dada continuidade à Assembléia. Guerreiro cumprimentou a todos os presentes. Disse que, certamente, ali estariam sendo discutidos os passos necessários para que o futuro da AMOBB ficasse mais perto de todos. Em seguida, se colocou, e a toda a Diretoria, à disposição dos presentes para quaisquer esclarecimentos. Ato contínuo, a palavra foi passada para o Tesoureiro da AMOBB Álvaro. Álvaro se referiu ao adiamento antes referido por Williams para informar que a prestação de contas deveria, segundo o Estatuto, ter ocorrido no mês de janeiro de dois mil e dois. Ele sugeriu que esse prazo fosse alterado, até mesmo em função daquele mês ser geralmente período de férias de grande parte dos associados. Williams pediu licença para esclarecer que o Estatuto, na verdade, se silenciava quanto à data-limite para a prestação de contas. Disse que o assunto deveria ser objeto de análise em futura alteração estatutária e que a sugestão apresentada pelo Tesoureiro, embora de muita importância, não compunha a pauta da Assembléia em curso. Em função do exposto, o assunto não foi objeto de deliberação naquele momento. O Tesoureiro deu prosseguimento ao processo de prestação de contas apresentando, após entregar cópia do documento a todos os presentes, as seguintes informações e esclarecimentos: a) quanto às receitas/créditos contabilizadas no período, Álvaro mencionou que ocorreu grande movimentação financeira na conta da Associação, pois sempre que um associado sai e outro entra, há o ressarcimento do valor investido e a contrapartida em recebimento relativo ao repasse da cota de lote. Esse ressarcimento se dá nos moldes de

decisão tomada no passado, e que definiu como regra quando das exclusões de associados a devolução do valor capitalizado acrescido de encargos mensais fixos de 1% (um por cento). As transações a crédito geraram movimentação da ordem de R\$ 208.297,23; b) para custear as obras de infra-estrutura foi arrecadada a quantia de R\$ 142.000,00; c) as receitas com mensalidades individuais somaram R\$ 39.553,67; d) com a permuta de cotas destinadas a apartamentos para as de lotes, obteve-se o total de R\$ 9.754,80, equivalente à diferença entre o que os associados pagaram antes e o valor atualizado das cotas para lotes; e) os resgates relacionados às aplicações financeiras somaram R\$9.547,48; f) no ano, o total geral de receitas/créditos foi de R\$409.153,18. A partir daí, o Tesoureiro prestou esclarecimentos sobre as despesas incorridas/débitos em conta no Banco do Brasil: a) por razões de ordem política, a AMOBB associou-se a AJAB - Associação Comunitária dos Condomínios do Bairro Jardim Botânico (entidade criada para defender os interesses daquele grupamento de condomínios), gastando R\$400 reais; b) houve pagamento de R\$100,00 referentes a ônibus, por ocasião da realização de festa de confraternização destinada aos associados; c) o montante das aplicações financeiras no ano foi de R\$102.000,00; d) para suprimento do "caixa-pequeno" foram canalizados R\$800,00, destinados aos pagamentos de valores reduzidos¹ (arranjos de natal - R\$34,88; FGTS - R\$337,17; material de expediente - R\$152,27; PIS - R\$43,96; táxi para ir a cartórios ou para coletar assinaturas do Presidente em documentos - R\$210,20); e) despesas cartorárias - R\$259,13; f) as despesas com confraternização e relações públicas chegaram a R\$1.239,00; g) os honorários do escritório de contabilidade foram de R\$2.469,84; h) com o INSS foram gastos R\$1.511,06; i) com contribuição sindical gastou-se R\$39,68; j) a CPMF consumiu R\$1.029,48; k) despesas administrativas geraram R\$310,00; l) ressarcimento a associados por exclusões foi de R\$222.572,06; m) com FGTS complementar gastou-se R\$25,80; n) a aquisição de equipamentos de informática (micro) custou R\$2.010,00; o) o investimento em infra-estrutura condominial (compra de alambrado para cercar a frente do terreno e despesas com o "piqueteamento" e demarcação de lotes) foi de R\$22.000,00; p) investimento em *software Microsoft Office* custou R\$475,00; q) material de expediente consumiu R\$136,60; r) o pagamento de 1/3 (um terço) do levantamento topográfico para projeto de águas pluviais custou R\$1.334,00; s) a publicação de editais em jornais levou R\$528,00; foram gastos com relações públicas (jantar político) R\$1.306,00; t) devolução de pagamento feito em duplicidade a um associado que pagou a AMOBB e que depois optou por financiar o valor com a COOPERFORTE foi de R\$1.470,00; u) salários consumiram R\$5.996,65; v) tarifas bancárias diversas custaram R\$88,75; x) tarifas bancárias pela prestação de serviços de DCO custaram R\$2.709,25. Em seguida, Álvaro explanou sobre a movimentação financeira na COOPERFORTE, esclarecendo: por força do Convênio que a AMOBB mantém com aquela Cooperativa, ficam recursos, em tese, disponíveis para uso em financiamentos de associados vinculados a ambas as instituições. Por isso, a AMOBB deve manter uma certa média de valores aplicados, que inclusive garante eventuais casos de inadimplências (segundo o Tesoureiro, no momento o índice é zero). Na COOPERFORTE, a movimentação financeira a crédito foi a seguinte: 1) pela inclusão de associado ocorreu crédito de R\$2.450,00; 2) financiamento a associados para custeio de infra-estrutura gerou R\$13.400,00; 3) rendimentos de aplicação financeira deram R\$5.444,82; 4) a distribuição que a COOPERFORTE fez aos cooperados, após o encerramento de balanços (sobras), geraram R\$337,69. Os débitos foram: 1) pela exclusão de associado pagou-se R\$6.220,80; 2) a despesa com imposto de renda incidente sobre ganhos com aplicação financeira foi de R\$1.156,48. Com isso, informou Álvaro, a totalidade de débitos/gastos no ano chegou a R\$370.810,30. Um Associado, que não mencionou seu nome, perguntou se não haveria incompatibilidade entre os valores apresentados como gastos e os recebidos/arrecadados no ano. Álvaro fez as justificativas cabíveis e demonstrou que a incompatibilidade citada não existia, pedindo aos presentes que consultassem a própria planilha fornecida, na qual constava o item "receitas com resgate de aplicações financeiras", cujo saldo era de R\$177.541,18, aplicado em BB-DI Plus Empresarial. Em seguida, o Tesoureiro disponibilizou um tempo para que fossem formuladas dúvidas e franqueou a palavra para ser usada na busca de outros esclarecimentos, se julgados necessários. Não foi apresentado nenhum outro questionamento e então Álvaro pediu a manifestação dos presentes quanto à aprovação ou não da prestação de contas do exercício de 2001 e indagou: "Quem aprova a presente prestação de contas?". Todos os presentes se manifestaram favoráveis à aprovação da prestação de contas, ou seja, houve unanimidade. O Tesoureiro agradeceu a atenção de todos sendo, em seguida, aplaudido. O coordenador Williams retomou a palavra e declarou encerrada a Assembléia Geral Ordinária, haja vista que seus objetivos haviam sido cumpridos. Em seguida, convocou a todos para, após 15 (quinze) minutos, darem início à Assembléia Geral Extraordinária, em cumprimento à Convocação. Transcorrido o prazo, às treze horas e 16 minutos, ainda sob a coordenação de Williams, foi dado início à Assembléia Geral Extraordinária. Com a palavra, o coordenador inicialmente pediu aos presentes que tivessem muito cuidado com os extratos que lhes foram inicialmente distribuídos, pois eles eram de uso exclusivo dos associados da AMOBB. Solicitou a todos que não submetessem os extratos à apreciação de pessoas alheias à Associação, a

¹ OBS.: Neste item, a diferença permanece no caixa e, ao fim do período, retorna para a conta ou é utilizada posteriormente.



exemplo de políticos e empreiteiros, para que o fluxo de caixa e as disponibilidades da Entidade não fossem conhecidos por terceiros, para evitar constrangimentos e pressões em inevitáveis contatos da Diretoria em negociações e relacionamentos políticos com públicos externos. Williams convidou os associados a tratarem dos assuntos relativos à continuidade das obras de infraestrutura da Associação, e avisou que, em seguida, seria oferecido pela AMOBB um churrasco em comemoração às obras já iniciadas. Ele disse que a discussão tinha como objetivo principal buscar a apresentação, pelos associados, de propostas sobre a nova capitalização necessária à continuidade dos gastos, a serem tratados em seguida, e sobre a futura e oportuna criação da personalidade jurídica da AMOBB Condomínio, distinta da figura da Associação. Antes de passar para a discussão de propostas, o coordenador disse julgar importante ressaltar que a AMOBB, além dos recursos aplicados no Banco do Brasil e na COOPERFORTE, também contava com uma carteira de cerca de 20 (vinte) lotes, que foram aos poucos sendo adquiridos mediante devolução pelos associados que se desligaram. Afirmou que, em princípio, os terrenos seriam prioritariamente destinados aos associados cujos lotes fossem considerados tecnicamente "não edificantes" e para os que desejassem permutar cotas de apartamentos por de lotes. Disse que os estudos técnicos por topógrafo e engenheiro é que definiriam se o lote era ou não viável para construção, providência que oportunamente seria levada a efeito. Pediu, também neste caso, absoluto zelo na guarda da informação que ora se transmitia, principalmente para que não fossem gerados problemas em negociações futuras com a empreendedora do Condomínio - Srª Aparecida. A partir daí, Williams passou a falar sobre a implantação da infraestrutura. Esclareceu que, por sua iniciativa pessoal e mediante delegação da Diretoria (embora ele fosse Conselheiro Fiscal), assumiu o compromisso de conduzir as questões relativas à contratação de obras e à condução de seus aspectos técnicos. Disse que o processo foi difícil e moroso, e que desde dezembro/2000 ele vinha se dedicando ao assunto, nas horas de folga e em fins-de-semana. Em princípio, resolveu-se por fazer uma carta-convite destinada a empresas do ramo e que foram previamente selecionadas em catálogos telefônicos e em jornais, pedindo a apresentação de custos para as obras de infraestrutura e de águas pluviais. Algumas apresentaram voluntariamente propostas, mesmo sem convite. As respostas dos empreiteiros apresentaram valores que variavam absurdamente: R\$200, R\$250 e R\$700 mil, e até R\$1 milhão. Disse Williams: "Não sabíamos o porquê de tamanha discrepância, mas o distanciamento das diferentes propostas nos fez pensar...". Continuou dizendo: "Vamos ter que fazer isso com o maior teor técnico possível...". Então, disse que sugeriu à Diretoria e ela resolveu por impugnar todas as cartas-convite. Diante da necessidade de se padronizar especificações contratuais, decidiu-se por contratar um profissional do ramo de engenharia de estradas (Engenheiro Mazza), oriundo do DER-São Paulo e que estava atuando no Metrô de Brasília. A ele se pediu que estabelecesse as especificações mínimas necessárias à empreitada. Ao se buscar levantamentos topográficos prévios para especificar os serviços de terraplenagem e drenagem, Williams disse que o engenheiro assim encontrou o processo: "Uma empresa do ramo fez o levantamento topográfico para que se desse entrada no processo de regularização no GDF, mas parece que ela estabeleceu o volume de cortes e aterros apenas com base no eixo central das ruas. Isto talvez tenha ocorrido pela pressa, ou porque foi a encomenda que recebera. Segundo técnicos que foram ouvidos, aparentemente a empresa fincou uma estaca na altura da portaria e uma outra no fim do terreno e aplicou testes para medições. Com isso, os bordos (laterais) da pista, os aclives e declives irregulares, não foram considerados. Assim, gerava-se um elevadíssimo volume de cortes e aterros. A partir dessa constatação, foram exigidos novos levantamentos topográficos, feitos por topógrafo de confiança da Diretoria (Sr. Vitor), e novas cartas-convite foram expedidas. Duas empresas foram selecionadas (CK e TERCON), por elas apresentarem menores custos, possuírem bons currículos e, pelo que constava, não terem envolvimento direto com políticos. O processo passou a basear-se em novas premissas: o preço seria unitário, (baseado em metro quadrado de corte e de aterro), e não mais em orçamento global como antes. Em vez de empreitada global, os serviços seriam pagos mediante medições sobre o que foi efetivamente realizado, trabalho a ser feito pelo Sr. Vitor, que detinha experiência nisso e gozava da confiança da Diretoria. Dentre as duas empresas escolhidas previamente, optou-se pela TERCON. A decisão, além de financeira, considerou a confiança conquistada pela escolhida, que por iniciativa própria assessorou, e muito, na identificação de problemas em pré-projetos e nos procedimentos de tomada de preços, inclusive nos mostrando riscos que poderíamos assumir se os serviços tivessem sido feitos de forma improvisada. O Sr. Mazza até então havia estimado em 39.000 metros quadrados os cortes e em 42.000 o aterro. Mas, isto ainda representava um problema para a Associação: o volume de aterro era superior ao de corte e, portanto, a AMOBB, para deixar bem feita a terraplenagem, teria que importar terra de fora, para encher "buracos", o que era inviável porque o frete ficaria muito caro. Para solução, a estratégia proposta pelo Sr. Mazza foi a de reavaliar mais uma vez a questão da topografia, para buscar respeitar, ao máximo possível, o terreno natural, pois do contrário o custo iria triplicar. Em síntese, procurar-se-ia adaptar o projeto ao relevo, para que se evitasse a importação de terras. Eventualmente, se sobrasse terra, ela seria alocada em lote mais próximo que necessitasse de aterro, para evitar altas despesas com a remoção do material. Williams disse que, lamentavelmente, embora a assessoria do engenheiro contratado fosse muito boa, ele tinha problemas de ordem pessoal e não estava sendo ágil no atendimento às demandas da AMOBB, e isso fez com que fosse

dispensado, para não retardar o processo. Decidiu-se então por contratar novo assessor técnico indicado pelo Sr. Vitor, que era especializado em projetos de estradas, tendo trabalhado por anos a fio no DNER (Sr. Pedro Milhomem). Embora não pudéssemos prever todas as dificuldades, estaríamos reduzindo riscos. O Sr. Pedro foi então contratado para rever os projetos preliminares do engenheiro Mazza, para tentar "empatar" a quantidade de cortes e aterros, e também para fazer projetos de drenagem. Com isso, o preço inicial do contrato de terraplenagem foi fixado em R\$162 mil, incluindo corte, aterro, compactação e 40 cm de acostamento nas ruas. A conclusão, ao se iniciar a limpeza das futuras pistas e os cortes, era de que somente com os 40 cm de acostamento, no futuro teríamos no Condomínio ou um pavimento com somente 40 cm de calçada, ou teríamos que complementar os serviços, onerando os custos. Tal fato decorreu de erro não visualizado antes pelos técnicos, muito preocupados sob nossa orientação em não majorar os custos. Mas, como o desejável era que se tivesse uma calçada de no mínimo 1,5 m de cada lado da rua, para que o associado ao construir não trouxesse danos à pista e fosse viabilizado o trânsito de pedestres, bem como a colocação de tubos de água potável e esgoto, a decisão foi aumentar a área de calçada nos pontos estritamente necessários (definição tomada em conjunto com os Srs. Pedro e Vitor). Com isso, o valor de R\$162 mil foi alterado, implicando em acréscimo de R\$50 mil ao custo final, que passou a ser de R\$212 mil. O empreiteiro alegou que o acréscimo seria de R\$68 mil, mas após vistoria das obras, ponto a ponto, e dura negociação conduzida por Williams, assistida pelo Tesoureiro Álvaro e assessorada pelo Sr. Vitor e pelo engenheiro João Peres (que estava em vistas de ser futuramente contratado para nos assistir), conseguiu-se redução de R\$18 mil no valor total.". Neste ponto, Williams fez questão de destacar que existiam pontos em que as calçadas estavam previstas para 3 metros e que, portanto, nesses locais ficariam mais 1,5 metros para serem ajustados no futuro, quando da pavimentação, por uma questão de impossibilidade financeira naquele momento e porque não se viam maiores prejuízos à continuidade dos projetos. O coordenador continuou descrevendo as etapas do processo de infra-estrutura, agora sobre a drenagem de águas pluviais. Comentou: "Nesse período, a chuva vem e vai, e como fazer para que o impacto seja o menor possível nas obras que ainda não sofreram compactação, por estarem em andamento e por não ser possível pavimentar? Nós cotamos o valor para a implantação de bueiros, manilhas e caixas de passagem, de forma a não destruir lotes e vias. A estimativa feita foi de algo em torno de R\$ 300 mil. Vejam, é por isso que o Governo não quer fazer manilhas, é muito caro! O associado Guga (Gustavo de Faria Barros) pediu a palavra e comentou sobre o levantamento: "A estimativa é essa mesmo!". Então, Williams disse: "Não é só isso. Já a implantação do projeto de água deveria girar no mínimo em torno de R\$240 mil". Continuando, falou que o condomínio deveria estipular por lote, oportunamente, uma cota gratuita de utilização de água, com excedentes sendo cobrados do usuário, para reduzir desperdícios. Mencionou um terceiro item: o da iluminação e eletrificação. Segundo ele, existiam umas propostas iniciais que incluíam a colocação de postes, fiação, braços e luminárias comuns, e que os custos eram variados, acreditando que poderia fechar algo em torno de R\$270 a R\$280 mil, mas que as especificações existentes eram preliminares, pois o projeto não estava pronto, pois não se queria gastar desnecessariamente R\$10 mil para fazê-lo, vez que geralmente as empreiteiras negociam isto ao pegarem as obras e aí não se teria tal custo. Então, os valores previstos para energia poderiam variar. Com a iluminação e eletrificação, depois "era só instalar o padrão e puxar para cada casa". Atendendo a pedido, explicou então a diferença entre iluminação e eletrificação. Williams afirmou que existiam muitas e tantas coisas por se fazer, e cabia a Assembléia definir como queria dar continuidade aos projetos, pois naquele momento só tínhamos em caixa R\$30 mil. Álvaro pediu a palavra nesse momento, para esclarecer que a aparente diferença de valores entre a prestação de contas e o ali citado era porque já existiam recursos comprometidos em contratos que a AMOBB firmara, e que precisava honrar, pois ainda não estavam pagos. Citou, por exemplo, os projetos de revisão para abertura de ruas (R\$11.000,00); o acréscimo no custo da topografia (R\$5.000,00); e o projeto para colocação de água potável em cada lote, que estava quase pronto. A palavra voltou para o Williams, que acrescentou um quarto item que devia ser considerado de urgente necessidade: era a segurança condominial e o controle de acessos. Exemplificou dizendo: "ele Williams, o Guerreiro e a Srª Aparecida (empreendedora), há alguns dias atrás, tiveram de ir "brigar" no IBAMA, pois os fiscais estiveram na obra e a embargaram. Somos um público visado e é de interesse de algumas pessoas mal-intencionadas, para desviarem atenção sobre assuntos ligados a condomínios irregulares, nos envolverem em litígios e em notícias desairosas". No IBAMA, apresentamos a eles toda a documentação que temos para comprovar a legalidade das obras. Brigamos muito, mas hoje somos amigos. Quando eles entraram na AMOBB, vieram sem mandado judicial, pois a porta estava aberta. Temos que fechá-la. Só pode entrar autoridade credenciada e quem se identificar e for aceito. Por outro lado, há algumas pessoas que ligaram para a Laurem, preocupadas com supostos vendedores que poderiam estar oferecendo lotes da AMOBB. Temos de ter o máximo de cuidado, com a segurança pessoal, inclusive. Como medida preliminar, estamos contatando profissionais de São Sebastião para fazer placas indicativas de números de quadras e de lotes e do Condomínio AMOBB, para demarcar nossa área. Portanto, temos de nos convencer da necessidade urgente de construirmos uma guarita de segurança. Nas laterais da nossa área, no futuro o poderá se feito com um cinturão verde. Poderemos contratar a plantação de cerca viva e

demarcar/proteger nossa propriedade. Agora, é preciso que todos saibam que a segurança é necessária para quem quer morar. Para isso temos que ter recursos e para viabilizar isso a Assembléia terá que decidir." Williams continuou, falando da última obra a ser discutida, naquele momento: a pavimentação. Informou que se optarmos por uma tecnologia conhecida como "dura-solo", que utiliza um processo químico que pretende imitar a substância dos cupins, e tem como base uma mistura de cimento, areia e produtos químicos, o custo ficaria em torno de R\$17,00 o metro quadrado. Se optarmos por essa tecnologia, teremos um gasto de R\$765 mil para pavimentar toda a AMOBB (45 mil metros quadrados). Se fosse com asfalto ficaria em torno de R\$700 mil, mas isto dependeria do tipo de asfalto e o que se referia era o mais barato. Outra opção apresentada foi a construção de uma fábrica de bloquete na própria AMOBB, o que representaria um gasto de R\$720 mil. Após apresentadas todas as obras necessárias, Williams informou que todos aqueles valores eram estimativas feitas junto a empresas do ramo e que serviam apenas para balizar as definições da Assembléia quanto às prioridades e valores mínimos para integralização de capital. Os valores efetivos para contratação dependeriam da época, do mercado, da negociação e da forma de pagamento. As obras assim colocadas estariam totalizando cerca de R\$1,8 milhões. Para se fazer todos os trabalhos em 12 meses, os associados teriam que, em conjunto, capitalizar mensalmente R\$150 mil/mês, sem inadimplemento. Isso significaria uma contribuição individual de R\$600,00 por associado, durante doze meses, com base em 250 pessoas. "Sabemos que ninguém tem condições financeiras para isso", disse ele. Entretanto, Williams salientou que o valor que seria estipulado na Assembléia para capitalização mensal definiria que tipo de intervenção seria feito. Disse que o lema que tinha que estar na mente das pessoas era: "o preço faz a pressa". Sobre a guarita, falou de duas opções, com base em levantamentos preliminares que ele efetuara: se construíssemos uma guarita com uma sala na parte de cima, o custo ficaria em torno de R\$90 mil, com base em um tipo simples de construção. Construindo-se somente a guarita sem o salão, o custo cairia para R\$40 mil, mas ele era favorável à primeira alternativa, para marcar nossa identidade institucional, demarcar a posse e ter um local para atender as pessoas e um escritório. Disse que antes de se tomar qualquer decisão teria que se observar quanto detínhamos em caixa e quais as reais prioridades, pois estava tudo por fazer. Informou ainda que no futuro, além de construirmos a guarita, deveríamos realmente fazer o cinturão verde delimitando o condomínio da AMOBB. "Temos de proteger a nossa área. Se não a delimitarmos, ela poderá ser invadida". Williams propôs que se criasse um projeto de florestamento e que a AMOBB executasse o plantio, em época oportuna, dizendo que tínhamos que ser proativos em relação às questões ambientais, pois isso seria cobrado no futuro. Williams informou que uma engenheira florestal disse que o custo ficaria em torno de R\$15 a 20 mil, para mudas e plantio. Outra alternativa era que os próprios associados, por prazer, providenciassem o plantio das árvores, mas achava a alternativa pouco prática, pois dependeria de tempo e disposição de todos. Williams pediu para abrir um parêntesis, e lembrou que além de se dotar o condomínio de condições adequadas de qualidade de vida, com os projetos a tendência seria a de os imóveis se valorizarem. Disse que, embora o Estatuto da AMOBB não permita a venda de lotes diretamente para terceiros e para não associados, enquanto os portadores das cotas não estiverem de posse das escrituras individuais, os lotes permitirão, no futuro, uma boa moradia e um excelente negócio. Hoje as pessoas que pedem exclusão estariam recebendo em torno de R\$8,5 mil, se já pagaram todas as integralizações. O lote tem que ser necessariamente devolvido para a carteira da Associação, e esta e somente esta é que pode repassa-lo a associado preexistente ou novo, desde que previamente aceito pela Diretoria. Isto explica os dados apresentados pelo Álvaro que mostram a canalização de recursos para a recompra de cotas para lotes, que hoje compõem uma carteira própria da Entidade, que será vendida posteriormente, para auxiliar nas obras e diminuir o ônus dos associados. Hoje os recursos disponíveis para obras não são suficientes, pois a Entidade só tem R\$30 mil efetivamente disponíveis, apesar do saldo em conta ser maior, mas a maior parte dele já se encontra comprometida. Williams lembrou que, além do caixa estar baixo, o fluxo de recursos era variável, porque nem todos pagavam à vista e nas datas das exigibilidades e isto prejudicava inclusive o planejamento das atividades. Disse também que a Diretoria, em caráter excepcional, admitira até que associados parcelassem débitos, pagando, porém, a título de atualização monetária, encargos similares aos cobrados pela Cooperforte. A medida administrativa foi adotada para não se gerar exclusão generalizada de associados inadimplentes e em função da má situação financeira dos funcionários do Banco. Quanto à atualização monetária, disse que ela era praticada naqueles moldes porque o associado tinha à sua disposição um convênio na Cooperforte para se financiar, e que se não o fazia era porque não queria ou não podia, e que não era justo que os adimplentes fossem prejudicados pelos inadimplentes. Afirmou também que não interessava para a AMOBB promover parcelamentos, porque geravam inúmeros controles, contatos e desgastes, mas que se fazia isso apenas por ser uma comunidade de colegas. Pediu então para voltar a tratar das obras de infra-estrutura. Nesse momento, o associado Ricardo solicitou uma pausa, para que uma pessoa não associada, que se aproximava, não participasse da discussão. Apresentou-se então uma ordem inicial de prioridades, para discussão, já que isto definiria o valor da capitalização. Foi a seguinte: I - Drenagem, para não haver a perda dos serviços já executados; II - Água potável em todos os lotes; III - Guarita e Florestamento; IV - Iluminação e eletricidade. Williams lembrou que o

atreladas aos lotes. A AMOBB com a carteira de lotes estaria "especulando" em prol do conjunto de associados, pois a lógica do processo seria ganhar com a valorização, em favor do associado. Mas, em relação às obras a serem feitas, o ideal é que os associados quantifiquem o valor da contribuição, disse ele. "Vamos botar preço, digam-nos quanto podemos gastar e nós vamos fazê-lo com a melhor qualidade possível". O associado Edson Vieira pediu para falar. Disse que a AMOBB estava dividida em dois blocos, o de lotes e o de apartamentos. Tão importante quanto à definição de obras seria definir formas de unificação dos dois blocos. Pediu para que se verificasse a questão dos apartamentos, se eles vão de fato existir e se forem que eles entrem no custo das obras e nos rateios. Williams respondeu: "não há blocos, nem a AMOBB está dividida. A única diferença é que o associado detentor de cotas para apartamentos não tem um horizonte definido para ter algo concretizado, porque a quantidade de coisas a fazer e os custos envolvidos não recomendam abrir mais essa frente. A principal política adotada era a de fazer tais associados permutarem para lotes. Previram-se cerca de 120 apartamentos e, atualmente, somente 60 deles estavam "compromissados". Em seguida, o coordenador deu o seguinte encaminhamento para a questão: a secretária da AMOBB, Laurem, deveria fazer contato com os associados de cotas para apartamentos, para verificar o interesse deles em efetuar a permuta para cotas para lotes. Álvaro então falou que o problema dos apartamentos, num mesmo bloco, era que eles tinham de ser todos construídos de uma vez. A AMOBB não detinha recursos para auxiliar os associados, estes não tinham como bancar, nenhuma empresa toparia assumir o risco sem documentação firme. Se saísse a regularização definitiva do empreendimento, eles poderiam ser imediatamente construídos. Em seguida falou que na visão dele "os lotes são fundos de caixa e se vendidos a R\$20 mil, totalizariam R\$400 mil. Os apartamentos no futuro talvez possam totalizar algo em torno de R\$900 mil reais, só que em nenhuma das situações seria gerada liquidez imediata e pra o bem de todos, precisava-se do dinheiro naquele momento. Pediu então para que se definissem logo as prioridades. Sugeriu que a guarita fosse bem feita e que sobre ela fosse feito um salão de festas ou sala de reuniões. Mas ela poderia também ser bem simples, para atender à questão da segurança". Williams esclareceu que a necessidade de se fazer um salão social não era premente, mas pediu que todos considerassem que a guarita seria a cara do condomínio. A associada Luísa pediu a palavra e questionou: "Perguntem-se qual seria o custo de uma guarita provisória. É melhor construir agora ao definitivo, deixando a parte de cima para ser feita posteriormente". Williams pediu para lembrarem que não estavam sendo definidas as características da guarita, mas sim se ela estaria ou não dentro das prioridades. O projeto depois seria avaliado pela Diretoria, com base nos recursos disponíveis, visando o melhor encaminhamento possível e evitar perda de investimentos. Edson pediu para observar, antes de qualquer votação, que ele considerava todas as obras necessárias e prioritárias. Propôs que fosse votado o quanto de aporte mensal seria possível por associado, para aí a Diretoria encaminhar quais as prioridades seriam iniciadas, em ato de gestão. Williams disse que já existiam preços cotados de forma preliminar e que do conjunto de obras, na visão dele dali só se retiraria a pavimentação, que poderia esperar. Isto sem falar do tratamento de esgotos, que no momento não estava sendo cogitado. Todo o resto deveria ser providenciado, pois se tratava de sobrevivência para quem já estava morando e também para servir de incentivo para os que ali pretendiam vir a morar. Um associado que não se identificou perguntou se a guarita seria para os dois condomínios. Williams respondeu que ainda não existiriam duas entradas e que, portanto, haveria trânsito de pessoas de fora. O associado perguntou se a Srª Aparecida iria colaborar com os custos. Williams informou que não. Ela no futuro deverá fazer uma ou duas outras guaritas, que também poderão ser utilizadas pelos associados da AMOBB, mas que nisso não iríamos contribuir financeiramente. Ele disse que discutiu bastante na Diretoria sobre a relação com a Srª Aparecida, mas que acabou chegando à conclusão de que não teríamos como nos separarmos dela. Esta definição deveria ter sido no passado, quando se estabeleceu um só condomínio. No entanto, ressaltou, ela tem seus méritos na articulação política e na deflagração do processo de regularização. Então, entendia que não podíamos parar nosso destino de progresso por essas questões e que deveríamos tanto quanto possível trabalhar em parceria, pois na prática não dava para simplesmente separar as partes. Outro associado que não se identificou, perguntou se a drenagem teria de ser feita na íntegra ou se ela poderia ser feita por partes ou etapas. Williams respondeu que em princípio o que se pretende é fazer o indispensável para proteção das vias, levando "manilhões" até as grotas, onde se dá curso natural da água, e que por isto era possível até que se tivesse que eliminar lotes, por não serem edificantes, convertendo-os em áreas verdes, mas que isto não estava definido. A água chegando ao seu curso natural acabaria por desembocar no rio. Williams pediu então para partirmos para a votação, pois considerava todas as perguntas respondidas e o assunto devidamente democratizado. Leu novamente a lista de prioridades (drenagem, água potável, guarita e florestamento, iluminação e eletrificação. Pediu para que todos votassem dizendo: "Quem for contra essa lista de obras que se manifeste.". Houve unanimidade e nenhuma manifestação contrária foi apresentada. Álvaro pediu a palavra e disse: "temos que fazer as obras, pois o governo não as fará para nós". Edson perguntou qual seria o custo dos associados e qual o da concessionária de serviços públicos, na eletrificação/iluminação. Williams respondeu que tudo seria custeado por nós e, o pior, as instalações terão que ser doadas à CEB. Em troca, a empresa nos dará a manutenção da rede e garantia de troca de transformadores, bem como o fornecimento de energia. Era



a regra do jogo. Disse também que tentou e enfrentou muita burocracia junto a CEB para a aprovação previa do projeto de iluminação, e que tentaria vincular a empresa contratada nisso, no momento de contratar a obra. Williams continuou: "agora vamos ao preço, pois será ele o que definirá a nossa pressa em ver as obras serem realizadas". Informou que a Diretoria fizera uma análise preliminar sobre o assunto e que entendia que as obras comuns deveriam inicialmente abranger áreas já habitadas e gradualmente ir para as outras, sem no entanto privilegiar segmentos, pois todas as vias seriam atendidas, sendo a estratégia apenas uma questão prática de priorização, pois os recursos eram escassos. Existiam três linhas a adotar: capitalizar de uma só vez, em parcelas mensais ou um misto das duas, para que ao final de um ano se tivesse constituído algum caixa. Passou então ao acolhimento de propostas para a capitalização: 1ª): alocar R\$2 mil de cada associado, em uma só parcela, coincidindo com o pagamento do 13º salário e definir uma contribuição de R\$200,00 de cada um, por 12 meses, a partir de 20 de novembro de 2002; 2ª): o associado Ricardo sugeriu R\$2 mil em 20 de novembro e R\$100,00 mensais, por 12 meses; 3ª) Luiz Alexandre considerou os valores altos para funcionários do posto efetivo. Achava que o piso do abono seria em torno de R\$1,2 mil por funcionário. Sugeriu R\$500,00 a serem pagos com recursos de possível abono salarial, e mais contribuição de R\$100,00 ou R\$150,00 por mês; 4ª): Marisa Silveira concordou com as ponderações do Alexandre. Considerou R\$2 mil muito pesado. Falou que R\$500,00 estava excelente e que apoiava R\$100,00 por mês. A associada foi aplaudida; 5ª): Valter considerou R\$500,00 um valor muito baixo. Disse que era preciso que nos convencêssemos de que não poderíamos perder o trabalho de terraplenagem atual. Sugeriu que fossem dadas condições para que pelo menos se fizesse toda a drenagem; 6ª): Edson se manifestou contrariamente à proposta de R\$2 mil. Disse que embora o Banco viesse acenando com o abono, deveríamos considerar que o 13º salário já estava comprometido, na maioria dos casos. Propôs R\$1 mil de imediato, que na visão dele daria para iniciar as obras de drenagem. Propôs também reajuste da mensalidade da AMOBB para R\$30,00, e que se fizesse outra reunião no futuro para voltar a discutir o assunto. Disse que muitos colegas estavam "no vermelho", e que estes não teriam como pagar; 7ª) Lindacy propôs o pagamento de R\$1 mil, em três etapas: R\$500,00 com o fechamento do acordo, R\$250,00 com pagamento do 13º de novembro/2002 e R\$250,00 com o 13º de abril/2003. Propôs também complementarmente mensalidade de R\$50,00, em vez dos R\$10,00 atuais. Também foi aplaudida. 8ª): Dário ponderou que, já que as obras seriam efetuadas em etapas, as contribuições também deveriam se dar em etapas. Williams aparteu dizendo que, sem disponibilidade ou previsão de caixa, não havia como administrar. Queria apenas que as pessoas se comprometessem com o projeto e que dessem sua cota de contribuição. O que fosse decidido seria acatado pela Diretoria e esta faria a estruturação da melhor forma de aplicar os recursos nas obras mais urgentes e que provocassem maior efeito para todos, inclusive marcando a identidade da AMOBB, pois demonstrar a condição de dono é tão importante quanto se sentir dono. Nós associados tínhamos que tomar conta da nossa área, para evitar que houvesse controvérsias sobre o domínio do terreno. Ele foi aplaudido. Álvaro falou da possibilidade de utilização do convênio da Cooperforte: "somente 26 associados têm empréstimo junto à Cooperforte; o limite é de R\$ 4 mil por associado e o prazo chega a 36 meses. Esta uma forma de as pessoas contribuírem, sem maiores apertos.". 9ª): Adriana sugeriu o pagamento de R\$500,00 imediatos e mais capitalizações mensais de valores menores. Disse que se precisávamos de dinheiro para alavancar o projeto, que deveríamos utilizar os prazos dos construtores. Williams pediu desculpas a ela, mas disse que "A utopia e a realidade do mundo dos negócios são coisas distintas. Se aparentemente deixarmos de pagar juros aos construtores, estaremos pagando obras com preços majorados, bem superiores ao que se conseguiria à vista no mercado. Há mais de ano que luto na coleta de informações, orçamentos e em contatos com empreiteiros. É um mundo duro. É preciso que tenhamos dinheiro em caixa para falarmos grosso, para dizermos que só pagamos X porque não pagaremos em 10 vezes". Completou: "Entendemos a situação de cada colega, há oito anos sem aumento, mas, desculpem-me a franqueza, ter um lote em Brasília é difícil. De um dia para o outro as circunstâncias políticas podem mudar. Já tivemos "briga" no IBAMA. Nós não estamos fazendo grilagem, esperamos seis anos para fazer a primeira casa aqui. Esperamos que o GDF e a Câmara Distrital nos acenassem com a legalidade dos nossos atos. No momento o ambiente político está muito favorável. Temos de ocupar logo para não correremos risco disso mudar. Se amanhã cassarem nossas licenças, correremos o risco de não conseguirmos mais reverter a situação. Sempre primamos pela legalidade, agora temos autorizações do GDF, possuímos escritura que prova que a terra é privada. Por isso temos de pensar em fazer, em implementar logo o nosso condomínio. Sobre os possíveis inadimplementos, hoje temos AMOBB 12 pessoas que ainda não pagaram a infra-estrutura. Mas também há pessoas que capitalizaram integralmente e de imediato. Então, assim como existem pessoas que vão ter dificuldades, existirão outras que vão capitalizar de uma só vez. A Diretoria deverá administrar as dificuldades, caso a caso, sem paternalismos e com justiça. Gostaria que vocês fossem mais benevolentes com o nosso empreendimento. Hoje, a ocupação que a gente tanto deseja, é que dificultará a reversão do condomínio. É preciso no mínimo que cada um ocupe seu lote. Aqueles que pensam em abrir mão dos seus lotes para vendê-los terão de, no mínimo, pagar a infraestrutura antes, pois em uma associação também pressupõe-se algum sacrifício em prol de todos.". Nesse momento a discussão foi interrompida por causa da chegada do Deputado Odilon Aires, acompanhado da Srª Aparecida.

Odilon Aires agradeceu ao Guerreiro pela oportunidade de se pronunciar na Assembléia. Disse que permaneceu por 3 anos na Secretaria e o que mais fez de importante foi encaminhar à Câmara Legislativa o projeto de legalização dos condomínios. Questionou sobre a razão da sede da AMOBB ainda estar construída. Perguntou se a Srª Aparecida não dera um terreno para que se construísse a sede. Odilon falou que o assunto de condomínios era utilizado como desculpas de candidatos para ganhar votos. Ele disse que assumiu uma Secretaria que contraria o interesse de muitos e que nunca foi buscar o grileiro e sim o morador, para tratar do assunto dos condomínios. Disse que toda a discussão desse assunto sempre foi feita em praça pública. Ele foi buscar o morador para discutir o assunto na região dos próprios condomínios. Continuou Odilon Aires, dizendo o seguinte: "Nós legitimamos a posse. Hoje temos o domínio, mas não temos a posse. Precisamos de alguém para ver os projetos, dar o domínio. Quem tem de fazer isso é o cartório e não a Terracap. Mas em Brasília isso é diferente. A terra é o dólar da cidade. Para ela ser legalizada, é preciso que se obtenha o registro da unidade imobiliária. Foi o que eu fiz, enfrentei os poderosos e dei andamento no processo de legalização. Eu pedi ao Guerreiro que chamasse esse povo para morar. É o estado quem vai decidir onde o povo vai morar. Não vou parar com a regularização dos condomínios. Vou voltar para a câmara e vou defender vocês. A função do poder legislativo é defender o patrimônio dos cidadãos. Quero parabenizar vocês e sair daqui com a certeza de que vocês vão construir suas casas.". Finalizando, Odilon Aires falou: "Os certificados de posse que dei são legítimos e foram dados porque a vontade do povo era esta. Troquei contratos de grileiros pelos certificados de posse. A diferença entre esses documentos é que o primeiro vale e o segundo não.". A palavra passou para o Presidente da AMOBB. Guerreiro falou: "Agradecemos a presença do nosso grande secretário, o homem que realmente arregaçou as mangas e fez acontecer a regularização dos condomínios de Brasília. Dentro da nossa grande família BB, somos apenas uma célula chamada AMOBB. Se o recebemos, com certeza, é porque temos pelo senhor grande estima e respeito.". Guerreiro foi aplaudido. Williams manifestou sua concordância com as palavras de Guerreiro, em relação ao secretário, a quem pediu desculpas para retomar a reunião, a fim de dar encaminhamento à importante decisão da Assembléia, que era a relativa ao processo de capitalização para futuras obras. Convocou a todos para concluir a votação, pois não se poderia sair dali sem uma decisão precisa sobre o assunto, e que já existiam diversas propostas a serem votadas. O Associado Fábio pediu a palavra. Agradeceu ao Deputado Odilon Aires, dizendo que sempre que foi à Secretaria para acompanhar o processo, verificou que ele não estava parado. Fábio então apresentou a seguinte proposta: fazer uma tomada de preços, considerando 3 aspectos: qualidade, preço e condições de pagamento. Justificou que estava sem dinheiro e que fora pego de surpresa e que seus recursos já estavam comprometidos. Disse que "a abertura de proposta na frente dos associados seria muito apreciada e que se deveria trabalhar com propostas reais.". Williams esclareceu o seguinte, quanto às ponderações de Fábio: "Para esclarecimento, temos dados concretos, pois realizamos diversas tomadas de preço e várias conversações a respeito do assunto. Não podemos dar preços absolutamente finais pois isto depende de negociações, em que se buscarão as melhores alternativas e o barateamento de custos. Dados para se decidir tem e as previsões iniciais de custos são as que foram passadas ao longo da Assembléia. Pediu desculpas se foi ineficiente em não esclarecer isso desde o início. O Associado Douglas pediu a palavra e agradeceu ao Secretário Odilon. Afirmou ter certeza de que tudo o que ali fora dito a respeito do Secretário era verdadeiro. Williams falou: "Nós precisamos de objetividade, porque a Assembléia estava com quase 4 horas. Todas as pessoas estão demonstrando alto grau de comprometimento e motivação em decidir e não sairemos daqui sem a deliberação da Assembléia". Lembrou ser evidente que, se houver um aporte imediato menor, as parcelas mensais deverão ser maiores. Se não ocorrer em 2 meses o aporte inicial, ficará difícil de se dar andamento ao processo, pois as chuvas provocarão destruição e perda de serviços. O coordenador informou que o associado Guga estava consolidando as propostas já apresentadas. Gustavo fez a leitura das propostas que consolidou até o momento, dizendo: a primeira proposta de capitalização de R\$2 mil totaliza cerca de R\$500 mil, considerando-se 250 contribuintes; a segunda, de 12 parcelas de R\$200,00, totaliza R\$600 mil; a terceira, de se capitalizar R\$500,00 mais 12 parcelas de R\$100,00 totaliza R\$425 mil; a quarta, de R\$1 mil mais 12 mensalidades de R\$30,00 totaliza R\$340 mil; e a quinta, feita pela colega Lindacy totaliza R\$400 mil. Ele lembrou que a conta para realizar as quatro prioridades totalizava R\$800 mil, se nada lhe fugiu à conta. A palavra passou novamente para Williams, que disse que a Diretoria se encarregaria de tratar os casos específicos de inadimplemento, dando, na medida do possível, alternativas de solução, desde que não prejudicassem a coletividade. Salientou que todos tinham à disposição o Convênio Cooperforte para financiamento e que este seria o primeiro caminho a ser buscado para aqueles que não tivessem os recursos para capitalizar a AMOBB. Fora isto, seriam parcelamentos excepcionais, decididos pela Diretoria e com a cobrança de encargos similares aos da Cooperforte, pois do contrário quem pagou em dia seria prejudicado. Perguntou se alguém tinha objeção aquele encaminhamento e o associado José Roberto foi o único que se pronunciou dizendo: "acho que todos concordamos, mas isto tem que ficar registrado". Não houve voto nenhum voto contrário àquela proposta. Williams então disse que a Diretoria apresentava uma proposta de conciliação, que permitiria que se fizesse pelo menos parcialmente os trabalhos, não deixando os dirigentes de mãos atadas e nem a AMOBB à mercê das circunstâncias políticas adversas. Pediu a todos que



deixassem a Diretoria trabalhar, pois isto faria a diferença no futuro da Associação e dos associados. Foi a seguinte proposta: 1) capitalização, de uma só vez, de R\$1 mil, exigível a partir de 20.11.03, facultando-se o pagamento com o crédito do abono salarial, se este saísse depois do 13.º salário; 2) 12 (doze) parcelas mensais de R\$100,00 exigíveis de 20.11.02 a 20.10.03. Esclareceu que se 250 lotes pagassem e não ocorresse inadimplementos ou exclusões, o valor arrecadado seria de R\$550 mil, mas que isto era praticamente impossível de se confirmar. Então disse, propomos que a capitalização seja aprovada e que, dentro das prioridades definidas, a Diretoria promova a contratação das obras segundo as condições financeiras e a oportunidade do empreendimento, tendo em conta os maiores anseios dos moradores do Condomínio, conforme propôs a associada Lindacy. Pediu então Williams: "Quem não concorda com a proposta da Diretoria que levante o braço". Nenhum dos presentes levantou o braço. Verificou-se então que a proposta da Diretoria fora aceita sem contestações e que nenhum voto de abstenção foi verbalmente proferido. Williams pediu então para encerrar a reunião naquele ponto, deixando os demais itens da pauta para outra ocasião, em função da chegada do Deputado Odilon Aires e da Srª Aparecida e também porque o almoço já estava pronto para ser servido e todos já estavam bastante cansados pelo longo e produtivo debate que ali ocorrera. Pediu desculpas pelo tempo que durou o encontro mas disse ele que isso era decorrência do interesse que a matéria despertara em todos, e isso mostrava comprometimento. Finalmente, convidou a todos a se dirigirem ao almoço festivo que estava sendo iniciado. Ratificou o propósito da Diretoria de administrar cada caso com firmeza, mas também com justiça e que as pessoas poderiam ter certeza de que, até o fim de 2003, muitas coisas iriam acontecer de bom na AMOBB e que eles deveriam verificar isso no futuro. Como não havia mais nenhum assunto a ser tratado, a Assembléia Geral Extraordinária foi dada como encerrada. Eu, Williams Francisco da Silva, Conselheiro Fiscal convidado a desempenhar as funções de Coordenador e Secretário das Assembléias realizadas nesta data, redigi a presente ata, que será por mim e pelo Presidente lida e assinada, por ser a expressão da verdade.

Antonio Paulo Guerreiro
Presidente

Williams Francisco da Silva
Conselheiro Fiscal - Coordenador

24

12º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

Apresentado hoje, protocolo e registrado
isob nº: 000043048

Anotado a margem do Registro
Inº: 000003339

Brasília, 10/02/2004

Antonio Fernandes Quirino de Sousa
Escrivente Autorizado